



Thiago Martins de Melo (PCO – Partido da Causa Operária) // “Libertação nacional.”

8 Artigo

Bolívia: A questão indígena, a ascensão de Morales e o golpe neoliberal

Felipe dos Santos Oliveira¹

Resumo // Entre os anos 1960-1980, diversos países latino-americanos sofreram com ditaduras militares, apoiadas – em especial – pelos governos dos Estados Unidos da América. O caso boliviano, apesar de ser um tanto diferente dos demais, como será visto adiante, provocou grande dependência norte-americana. Mesmo com a redemocratização, as políticas econômicas e sociais da Bolívia foram pautadas em interesses externos. O presente artigo tem por objetivo descrever os acontecimentos que sucederam durante a ditadura militar na Bolívia. Também, será analisada a ascensão dos movimentos operários e indígenas, que levaram a eleição de Evo Morales em 2005 e a permanência da influência externa durante seu governo, até o golpe em 2019. Para tanto, será feita uma análise histórico-descritiva dos fatos, a partir da leitura de bibliografia prévia sobre o assunto abordado.

Palavras-chave // Bolívia, golpe, influência externa.

1 Acadêmico do curso de Ciências Sociais pela USP (Universidade de São Paulo). (felipesoliveira@usp.br).

Introdução.

Sabe-se que a Revolução Boliviana de 1952 – liderada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN) – proporcionou significativa instabilidade conjuntural, porém os anseios de mudança que acompanharam a revolução não foram atendidos.

As estruturas políticas e econômicas não sofreram grandes alterações e a reforma agrária de 1953 não passou de uma ação para satisfazer os camponeses, em uma tentativa de manter o campesinato desunido social e politicamente. Ao mesmo tempo, observa-se a participação da *Central Obrera Boliviana* (COB), um movimento que defendia o fim do exército regular propondo um exército popular, formado por camponeses, mineradores e operários urbanos. Devido a muitos protestos, consegue-se pressionar o governo, em agosto de 1952, para a nacionalização das mineradoras juntamente com a desarticulação do exército por parte do MRN (GIL, 2008). Concorde-se que, segundo De Oliveira Andrade (2005),

A mobilização revolucionária de abril de 1952 debilitou o exército nacional tão seriamente, a ponto de se terem levantado sérias ameaças a sua existência como instituição. Os dirigentes da COB propuseram a total dissolução do exército regular e a constituição de um exército popular, formado pelas milícias armadas de mineiros e camponeses. A massa de soldados diluiu-se com suas armas entre as milícias improvisadas dos revolucionários, do povo em armas (DE OLIVEIRA ANDRADE, 2005, p. 134).

Em 1953 o MNR rearticula um novo exército semelhante ao proposto pela COB, porém com o objetivo de reassumir seu papel de instrumento à serviço das classes dominantes. Os governos de Siles Zuazo (1952) e Paz Estenssoro (1952-1956) se mantiveram próximos aos Estados Unidos da América (EUA) que, através de seus bancos, realizava diversos empréstimos ao país latino-americano (VIANA, 2019). Em 1964, apesar do apoio estadunidense para a candidatura de Paz Estenssoro à presidência, o general René Barrientos, vice de Estenssoro, ao lado de Ovando Candia, dá o golpe militar, com forte apoio da *Central Intelligence Agency* (CIA). Para Vijay Prashad (2022), ou os militares passam a intervir no poder para preservar o *status quo* ou recuperar o passado, ou

para romper a aliança entre líderes revolucionários, a burguesia doméstica e o imperialismo. Infelizmente, para a Bolívia, o que ocorreu foi o primeiro caso.

Ao longo do período ditatorial, a influência norte-americana se mostrou presente em quase todo o momento, refletindo em políticas neoliberais por parte dos militares. Porém, em um breve período onde Jimmy Carter era eleito presidente nos EUA, a repressão aos protestos na Bolívia fora fortemente atacada por diversos governos no mundo, o que fez com que o general Hugo Banzer perdesse apoio político, resultando em seu afastamento da presidência (HASHIZUME, 2010).

Com o fim da ditadura no país, em 1982, a luta por reconhecimento político – entre outras lutas, como melhores condições de vida – dos indígenas bolivianos foi se fortalecendo cada vez mais. Dentre os movimentos sociais que lutavam por essa causa, destaca-se o *Movimento Al Socialismo* (MAS), liderado por Evo Morales. Porém, apesar do fim da ditadura, as políticas neoliberais foram mantidas nos mandatos que se sucederam. O governo passou a adotar uma rigorosa política de controle de gastos, afetando diretamente a população indígena. Conforme Ribeiro (2014),

A reestruturação econômica era um imperativo e o neoliberalismo ganhou terreno em meio ao vácuo de alternativas existentes então; de fato, num primeiro momento, as medidas neoliberais se mostraram muito eficazes para tal fim, pois, em poucos meses, a inflação reduziu-se de 22.000% para 9% ao ano, ainda que os impactos futuros fossem tragicamente duros para o país. Isto se traduziu no corte de gastos governamentais e ainda na privatização das empresas estatais. Num primeiro momento foram privatizadas somente as empresas públicas de pequeno porte, como companhias de leite e hotéis; em seguida, foram privatizadas as companhias estatais de recursos minerais e energéticos, além das empresas de distribuição de água (RIBEIRO, 2014, p. 187).

A insatisfação pública contribuiu para que os movimentos sociais ganhassem cada vez mais espaço na sociedade boliviana. Como resultado, as manifestações promoveram o afastamento de Sánchez de Lozada (MAYORGA, 2008) e, anos mais tarde, o líder do MAS, Evo Morales, ganhou as eleições de 2005 no primeiro turno (REIS, 2013).

A influência externa e a ditadura militar boliviana (1964-1982)

Como diversos países latino-americanos, a Bolívia enfrentou uma dura ditadura militar entre os anos de 1964 e 1982. É válido deixar claro que o golpe militar na Bolívia, apesar de apoiado pelos EUA, não foi um golpe no qual questões ideológicas estavam em pauta. O MNR, desde 1956, já adotava políticas econômicas neoliberais e de contenção sindical. O golpe militar se deu muito mais pela ambição dos próprios militares em ter poder político do que alterar a situação política, social e econômica do país. Desta forma, o caráter revolucionário do MNR se fez presente mesmo dentro das Forças Armadas Boliviana, trazidas na falha de um governo homogêneo e coeso. Apesar da falta de coesão entre os governos durante este período², a repressão às organizações de trabalhadores foi constante, resultando em sua desarticulação.

Diversos movimentos sociais foram duramente reprimidos, greves sufocadas e, em consequência das ações imperialistas estadunidense, o controle das minas de estanho pelos militares ocasionou grandes massacres de mineradores em todo o país. A partir disso, com o governo do general Hugo Banzer (1971-1978), as repressões contra a população se tornaram ainda mais duras. Em 1974, Banzer colocou na ilegalidade todos os partidos políticos, sindicatos e associações civis, centrando o poder em uma cúpula militar resultando no ápice de seu autoritarismo. As questões econômicas foram entregues totalmente aos setores empresariais (beneficiando apenas alguns segmentos), ocasionando o “milagre econômico boliviano”, onde o PIB crescia em 5,7% ao ano (CRABTREE; WHITEHEAD, 2001).

A eleição de Jimmy Carter nos Estados Unidos, em 1977, ocasionou instabilidade política nos países latino-americanos, tendo estes o apoio estadunidense para manter as ditaduras. A perda do apoio culminou na queda de Hugo Banzer, que entregou o poder à uma Junta Militar após acusação de fraude nas eleições de 1978. Então, em 1980, outro golpe militar ocorre na Bolívia, desta vez

2 Ao que cita Torres (2009), as divergências políticas dentro da ala militar causavam instabilidade durante períodos em que o militar no poder se aproximava da população e das organizações de trabalhos. O ex-presidente Juan José Torres, general que propunha um programa inspirado no golpe progressista peruano de 1968, permaneceu no cargo por apenas 10 meses. Além disso, após a queda de Banzer, diversos governos provisórios foram assumindo o poder, temendo a ascensão de Hernán Siles Zuazo, líder que se opunha à ditadura e tinha o apoio de membros progressistas da Igreja.

comandado pelo general Luís García Meza, ligado ao narcotráfico (CRABTREE; WHITEHEAD, 2001) e, curiosamente, apoiado pela CIA e a *Drug Enforcement Administration* (DEA). O Governo de Meza foi o mais prejudicial para o país na questão política e econômica, sendo mal visto até mesmo pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989) e pelos setores empresariais. Pressionadas, as Forças Armadas Boliviana demitiram o general Meza, consolidando o fim da ditadura e, em 1995, o militar foi preso por crimes contra os direitos humanos.

Movimentos indígenas, redemocratização e a permanência da externa (1982-2005)

A partir do fim da ditadura militar na Bolívia, em 1982, muitos grupos da sociedade civil ganharam espaço no cenário político boliviano. Alguns deles tinham como principal pauta a luta por uma maior atenção às demandas da comunidade indígena, reivindicando forte participação política e social, além de reafirmar a própria cultura. Ao mesmo tempo, o sistema político boliviano ganhava uma nova característica: a democracia pactuada. Tal característica consistia no acordo entre os principais partidos da época de alternância do comando, entre os poderes Executivo e Legislativo. A Constituição da época previa que, em uma eleição presidencial, caso nenhum candidato à presidência conseguisse 50% dos votos seria encaminhada uma lista tríplice ao Congresso – com os 3 primeiros colocados – cabendo a estes a escolha do presidente.

Entre os anos de 1985 e 2003, nenhum dos candidatos conseguiu os 50% dos votos necessários para a eleição (PANNAIN, 2018). Tal fato mostra que a democracia pactuada foi fundamental para a manutenção da ordem política vigente. Além disso, deixa claro a insatisfação popular para com a classe política, resultado da insistência em manter políticas neoliberais que beneficiavam apenas a classe dominante, atendendo a interesses externos. Durante o mandato de Lozada (1993-1997) foram implantadas as reformas neoliberais de segunda geração, em que o programa de *capitalización* permitiu a privatização de grandes empresas estatais, entre elas as dos setores de hidrocarbonetos (WEBBER, 2005).

Desta forma, a organização e atuação das organizações trabalhistas e movimentos sociais passam a ser essenciais na tentativa da mudança de paradigmas da política institucional boliviana. Entre essas principais organizações

e movimentos sociais, além da COB, tinha-se a *Confederación de los Pueblos Indígenas de Bolivia* (CIDOB), movimento que reunia 34 nações indígenas das terras baixas, no leste do país. A CIDOB tinha como proposta o fomento à união entre estes povos indígenas, respeitando a singularidade cultural de cada um. Durante o governo de Víctor Paz Estenssoro (1985-1989), porém, as mobilizações de diversos grupos indígenas foram enfraquecidas devido a postura ofensiva que o presente governo adotou perante as organizações indígenas, entre elas a CIDOB (MIGUEL, 2008).

Miguel (2008) ainda afirma que os incentivos fiscais para a população camponesa foram cortados, como uma medida de rigoroso controle de gastos, afetando diretamente grande parte da população indígena. Essas ações do governo fizeram com que a taxa de desemprego fosse aumentada drasticamente, e a confiança nas instituições públicas caísse. Tais políticas neoliberais foram seguidas e adaptadas durante o fim da década de 1980 e toda a década de 1990, o que ocasionou a ascensão de diversos movimentos sociais pautados na questão indígena, que almejavam maior participação política e melhores condições de vida.

Assim, o MAS (dentre outros movimentos sociais e partidos políticos), liderado pelo aymara Evo Morales, passou a exercer grande importância no jogo político boliviano. O partido defendia um discurso antiglobalização (WHITEHEAD, 2015), pautado numa política externa de cooperação regional e contra os interesses das grandes potências – em especial os EUA – além da preservação do Estado boliviano a partir de um maior controle estatal nos diversos setores da economia. Em 2002, ocorre a Marcha pela Soberania Popular, pelo Território e pelos Recursos Naturais, liderada pelo campesinato indígena que reivindicava maiores participações na política e nos debates atrelados à escrita da nova constituição. A liderança de Morales nos protestos resultou em um reflexo de sua liderança no cenário político nacional. Em junho de 2002, Morales alcança o segundo lugar nas eleições presidenciais, mostrando a sua ascensão na política e o aumento da crise da democracia pactuada. Sánchez de Lozada ganha com apenas 22,46% dos votos, onde o Congresso o escolheu, de acordo com as regras da Constituição (BBC BRASIL, 2002).

Em 2003, depois do anúncio de um novo imposto sobre os salários, a COB e Morales, juntos a outros movimentos e com o apoio da Polícia Nacional, organizam rebeliões contra as medidas (PANNAIN, 2018). No mesmo ano, a população se revolta novamente contra uma nova medida que previa a exportação do

gás boliviano para o México e os EUA, através de um porto chileno. As reivindicações surgiam afirmando que Lozada deveria assegurar o abastecimento de gás dentro do país, visto que grande parte da população cozinhava à base de lenha. Aliado a isso, tinha-se o descontentamento da população perante a política de privatizações do governo anterior e o ressentimento ao Chile desde à Guerra do Pacífico, onde a Bolívia perdeu o seu acesso ao mar.

A figura de Evo Morales, com o passar do tempo, vai ganhando cada vez mais projeção, principalmente pelos protestos realizados contra a proibição do plantio de coca e da privatização do serviço de abastecimento de água, inicialmente em Cochabamba e depois em outros 4 departamentos. As manifestações causaram fortes repressões por parte do governo, principalmente no departamento de La Paz, fazendo com que os manifestantes incendiassem prédios e instalações locais (EL PAÍS, 2003). Então, com a definitiva perda de popularidade, Lozada foge do país, assumindo seu vice, Carlos Mesa.

A posse de Mesa representava a definitiva ruptura à antiga ordem política boliviana, devido às divergências com a elite do departamento de Santa Cruz, apesar de ser proveniente da elite econômica de La Paz. A partir disto, uma série de movimentações fizeram com que o governo perdesse o apoio político dos principais partidos, dentre eles, o MAS, liderado por Morales. Entre essas movimentações, destaca-se a mobilização popular dos cocaleiros do Chapare, exigindo a instauração de uma Assembleia Constituinte (RODRIGUES; SILVA, 2017).

[...]sob esta concepção se organiza o MAS (Movimento ao Socialismo) e elege Evo Morales o deputado mais votado em 1997. Da sociedade civil à sociedade política já estavam colocadas as representações que formariam o Pacto de Unidad, que diante da Guerra da Água e da Guerra do Gás construiriam uma plataforma de superação do Estado-Nação neoliberal, envolvendo todos os segmentos subalternos em nome de uma pauta econômica antineoliberal e anti-imperialista, e que entendesse como base do Estado plurinacional a autonomia política, de justiça, e território para as nações “originárias”. Estas bandeiras políticas convergiram para a discussão de uma nova Assembleia Constituinte, que aconteceria no primeiro governo Evo Morales. (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 69).

Um dos atos da mobilização foi o bloqueio das estradas, que em poucos meses atingiu 60% da infraestrutura total. Sem nenhuma medida tomada contra as mobilizações e sem apoio político dos principais partidos, Mesa acaba renunciando em junho de 2005. O que ocorre depois são sucessões de eventos que implicam no ápice da crise institucional desta época, onde a mobilização social impediu que os presidentes do Senado e da Câmara assumissem o governo. Desta forma, o presidente da Suprema Corte de Justiça boliviana assume o poder, convocando eleições para o fim do corrente ano. Evo Morales ganha as eleições com 53,74% dos votos, sendo a primeira vez desde o fim da ditadura que um presidente era eleito sem ser necessário a apresentação da lista tríplice ao Congresso (ALMEIDA, 2017).

O governo Morales (2005-2019) e o golpe de novembro (2019)

O primeiro governo do líder aymara foi pautado na instabilidade política no país. As classes dominantes temiam a perda de seus privilégios e os movimentos sociais desejavam a rápida ação de Morales para ter seus anseios atendidos (CUNHA FILHO, 2018). Em 1 de maio de 2006, o chefe de Estado efetua a alteração de um decreto que permite a reestatização da principal companhia de hidrocarboneto do país, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). A medida permitiu que 82% do valor produzido de gás, petróleo e derivados ficasse para o Estado, além de 18% de *royalties* e 32% do Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos, garantindo a participação majoritária do Estado. Isso permitiu que o governo adotasse diversas políticas socioeconômicas que ajudaram a superar a crise financeira de 2008/2009³. A Bolívia sempre foi um dos principais países sul-americanos a sofrer com choques externos, porém, por conta da arrecadação de quase US\$ 5 bilhões na receita – devido à estatização da YPFB – o país apresentou menor vulnerabilidade externa (BARROS, 2010).

3 A crise financeira de 2008/2009, que teve como fator originário a “bolha imobiliária estadunidense”, provocou grandes prejuízos aos grandes conglomerados financeiros. Muitos deles ficaram descapitalizados, o que fez com que muitos países passassem a nacionalizar os bancos “mortos vivos”. Então, diversos governos passaram a adotar medidas para reativar o mercado financeiro, inclusive os governos dos países latino-americanos (SINGER, 2009).

Em 2009, Morales consegue alterar a constituição⁴, instaurando o Estado Plurinacional da Bolívia. A nova constituição, então, dá visibilidade às diversas nações indígenas que ocupam o território boliviano desde antes da invasão europeia. No mesmo ano, o líder indígena é reeleito ao cargo de presidente, com 64,2% dos votos. No cenário político regional, a Bolívia vai ganhando destaque. Ao que aponta Sader (2006), a Bolívia se mostra resistente ao imperialismo estadunidense, ao passo que Peru, Colômbia e Chile continuam a manter relações bilaterais com os EUA. Portanto, a Bolívia passa a se aproximar de países como Cuba e Venezuela, além de Brasil e a Argentina, ainda que os mesmos adotem medidas de caráter mais centrista.

Eleito novamente ao cargo no mesmo ano, Morales passa a ter maioria no Congresso. Em 2010, no entanto, Morales aprova a construção de uma rodovia que cruza a região do *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure* (TIPNIS). A medida pretendia atender os interesses dos cocaleiros de Cochabamba, que buscavam expandir o plantio de coca e a rodovia seria um meio de escoar o produto (NUNES, 2019). Em 2011, a população do TIPNIS organizou a Marcha Indígena à La Paz sob o tema “Pela Defesa do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure, dos Territórios, da Dignidade, da Vida e dos Direitos dos Povos Indígenas”. O movimento é reprimido pelo exército nacional, contudo os manifestantes conseguem chegar a La Paz e contestar a construção. Então, o presidente sanciona uma lei declarando a intangibilidade do TIPNIS, proibindo a construção de estradas e rodovias (HERINGER, 2018). A questão vai sofrendo diversos desdobramentos e, em 2017, com o suposto apoio dos indígenas, a retomada da construção da rodovia é autorizada. Nota-se que, mesmo com um governo progressista, que tirou muitos da indigência e da pobreza, a influência neoliberal ainda permeava – e permeia – as questões políticas do país.

Em 2014, Morales é reeleito para um novo mandato de 5 anos. Em 2016, o presidente faz um referendo acerca de uma possível candidatura à presidência em 2019, onde o “NÃO” vence por uma pequena margem de 2.1% (BBC, 2016). Porém, em 2017, o Tribunal Constitucional avalia que “limitar a dois mandatos consecutivos ao cargo do Executivo é uma violação aos direitos humanos” (EL

4 Com a nova constituição em vigor - que permitia a reeleição apenas uma vez e mandato presidencial de 5 anos - o então presidente Evo Morales passa a poder concorrer nas eleições de 2009 e a de 2014, o qual é eleito e reeleito.

PAÍS, 2017). Ainda, em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dá aval à possível candidatura de Evo Morales à presidência em 2019. A decisão é contestada pela oposição, que acusa o TSE de “passar por cima” do referendo realizado em 2016, porém os partidários de Morales alegam que, “em decisões tão apertadas quanto foi o referendo de 2016, cabe ao TSE avaliar e decidir o assunto” (BBC, 2018).

Em 2019, Morales obtém apoio de seu partido para a candidatura à presidência, e Carlos Mesa anuncia sua candidatura, se tornando o principal adversário de Morales no pleito. A figura de Mesa sofre grande resistência por parte do eleitorado boliviano devido a sua última atuação como presidente do país, em que as diversas medidas neoliberais causaram, entre outras coisas, a quase privatização das águas na Bolívia. Porém, a tentativa de Morales em se reeleger provoca certa insatisfação na sociedade. Então, em outubro de 2019, acontece as eleições e Morales acaba sendo reeleito no primeiro turno, com 10 pontos percentuais acima de Carlos Mesa, segundo colocado. Porém, a Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou um relatório que indicava fraude nas eleições, devido a lenta apuração que estava ocorrendo e, quando a apuração estava em 80% – indicando um provável segundo turno – houve uma pausa e, no dia seguinte, a apuração foi retomada com 95% dos votos contabilizados, dessa vez indicando a vitória de Morales. A crise foi intensificada e, mesmo com Morales concordando com uma auditoria da OEA (com apoio da União Europeia) e concordando em anular as eleições, diversos ministros e apoiadores de Morales foram ameaçados de morte (BBC BRASIL, 2019).

Os eventos levaram o comandante das Forças Armadas a “pedir” a renúncia de Morales, que concordou e, com as ameaças, se isolou no México e, depois na Argentina. Então, em 2020, pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) expuseram suas análises das eleições do ano anterior na Bolívia no Jornal *The Washington Post* e concluíram que não havia indícios estatísticos que comprovasse fraude (LUIGI, 2020). O fato é que a OEA nunca foi favorável à uma nova candidatura de Morales, traduzida na postura contrária do ex-coordenador da OEA na Bolívia à reeleição de Morales, que se demitiu (LA PRENSA, 2019) e sua acusação contra as eleições se mostraram uma forte tentativa de intervenção externa de países centrais. O próprio Morales, em um prefácio a um livro, cita que em 2008 expulsou um embaixador estadunidense por tramar uma conspiração com separatistas, mas que foi rechaçado pelo Departamento de Estado dos EUA por ser algo infundado, ao passo que a atuação da embaixada desse país na

sua deposição em 2019 se tornou clara (MORALES, 2020). A administração de Morales foi marcada por grandes avanços sociais, e suas medidas econômicas mantiveram a economia aquecida, traduzidas no fato de que o país foi o que mais cresceu na última década (EL DIARIO, 2017).

Considerações Finais

O trabalho procurou deixar evidente as diversas conjunturas políticas que o país enfrentou desde a Revolução de 1952. Foi percebido que a Bolívia enfrentou – e enfrenta – influências externas em suas políticas públicas. Mesmo governado por um líder indígena, o país não ficou isento de atender os interesses das classes dominantes bolivianas. São inegáveis os avanços alcançados pela gestão de Morales. A nacionalização de empresas – que renderam crescimento no PIB – e o apoio à população menos favorecida através de políticas públicas que os beneficiassem causou grande estabilidade social e econômica. Mas a tentativa de reeleição de Morales, que teve parecer favorável pelo TSE boliviano, causou insatisfação não só na população, mas em diversos governos de países centrais, que exigiram sua renúncia. A pesquisa realizada pelo MIT deixou clara a influência externa no golpe de 2019. Morales já havia aceitado anular as eleições, mesmo assim sofreu ameaças que o fizeram se exilar em nações amigas. O resultado das eleições de 2019 se corroborou ao observar as eleições de 2020, convocada essencialmente para a retomada democrática no país. O candidato do MAS venceu as eleições ainda no primeiro turno, deixando claro que a vontade popular em 2019 e 2020 eram as mesmas, e a tentativa de insegurança instaurada pelos agentes externos não se manteve. Não obstante, deve-se manter atento à conjuntura política interna e externa para com a Bolívia. Ainda que, em âmbito regional, uma retomada das esquerdas e centro-esquerdas esteja se mostrando, a América Latina permanece como uma região de profunda instabilidade política e econômica.



Referências bibliográficas

A CRONOLOGIA da crise que levou à renúncia de Evo Morales na Bolívia.

BBC Brasil, 10 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50367271>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

ALMEIDA, Lucas Macedo. **Morales e o MAS**: a construção de uma nova Bolívia e o projeto de perpetuação no poder de seus dirigentes. 2017. 117 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Comparados sobre as Américas) - Instituto de Ciências Sociais (ICS)/ Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA), Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23760>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BARROS, Pedro Silva. **O Êxito boliviano durante a crise mundial de 2008-2009**.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI), Brasília, ed. 2, p. 29-36, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4723>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BOLIVIA dice “no” en referendo a otra reelección de Evo Morales. **BBC**, 24 fev. 2016.

Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/02/160223_bolivia_evo_morales_referendo_resultado_ep>. Acesso em: 8 abr. 2020.

CANDIDATO pede revisão dos votos na Bolívia. **BBC Brasil**, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020711_boliviacs.shtml>. Acesso em: 2 abr. 2020.

COORDINADOR de OEA se retira por su postura contra reelección. **La Prensa**, La Paz, 11 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.laprensa.com.bo/nacional/20191102/coordinador-de-oea-se-retira-por-su-postura-contra-reeleccion>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence. Towards Democratic Viability: **The Bolivian Experience**. 1. ed. rev. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2001. 240 p. ISBN 978-1-349-42153-4.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. **Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia**. 1. ed. rev. Curitiba: Appris Editora e Livraria Eireli - ME, 2018. 373 p. ISBN 978-85-473-1436-1.

DE OLIVEIRA ANDRADE, Everaldo. **BOLÍVIA, 1964 – OS MILITARES TAMBÉM GOLPEIAM**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 31, n.2, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://ken.pucsp.br/revph/article/viewFile/2314/1406>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

EVO Morales: el Tribunal Electoral de Bolivia lo habilita como candidato presidencial tras haber perdido el referéndum por la elección. **BBC**, 5 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46450251>>. Acesso em 8 abr. 2020

GIL, Aldo Durán. **Bolívica**: duas revoluções nacionalistas?. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 33, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

HASHIZUME, Maurício. **A emergência do Katarismo. Tensões e combinações entre classe Latina**: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, Londrina, UEL, p. 1-22, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/9_mauriciohashizume.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020.

HERINGER, Klaus Hermann. **Paradoxos do governo de Evo Morales na Bolívia**: A reserva ambiental TIPNIS e os interesses de grupos econômicos nacionais e brasileiros (2009-2015). Revista Espirales, v. 1, n. 1, p. 175-203, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1206>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

LUIGI, Ricardo. **A crise na Bolívia**: da renúncia do presidente Evo Morales à convocação de novas eleições. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 1, n. 3, p. 34-40, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/boca/article/view/Luigi/2837>>. Acesso em 2 abr. 2020.

MAYORGA, Fernando. **El gobierno de Evo Morales**: cambio político y transición estatal en Bolivia. In: Murakami, Y. (ed.). *Tendencias políticas actuales en los países andinos*. CIAS Discussion Paper, Kyoto, n. 5, p. 21-40, 2008. Disponível em: <https://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1243007206.Crisis_de_legitimidad.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MIGUEL, Bruno Siqueira Abe Saber. **A inserção dos movimentos indígenas na arena política Boliviana**: novos e velhos dilemas. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 68, 2008. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/3121/2857>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MOLINA, Fernando. **Tribunal Constitucional permite a Evo Morales reelegerse para un cuarto mandato**. El presidente de Bolivia podrá participar en las elecciones de 2019 después de que se suspendieran los artículos de la Constitución que prohibían la reelección. El País, La Paz, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2017/11/29/america/1511917821_762144.html>. Acesso em: 8 abr. 2020.

MORALES destaca a Bolivia en la ONU. **El Diario**, 17 abr. 2017 Disponível em: <https://www.eldiario.net/noticias/2017/2017_04/nt170426/politica.php?n=84&-morales-destaca-a-bolivia-en-la-onu>. Acesso em 8 mar. 2020.

MORALES, Evo. Prefácio. In: **Balas de Washington: Uma história da CIA, golpes e assassinatos**. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PANNAIN, Rafaela Nunes. **A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises**. Lua Nova, São Paulo, n. 105, p. 287-313, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2020

PANNAIN, Rafaela Nunes. **A crise do Estado boliviano e a autonomia indígena**. 2014. 300 p. Dissertação (Doutorado Acadêmico em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-06042015-190057/publico/2014_RafaelaNunesPannain_VCorr.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

PRASHAD, Vijay. **Uma história popular do terceiro mundo**. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2022.

REIS, Guilherme Simões. **A social-democracia do MAS boliviano**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 21, n. 48, p. 67-83, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2020.

RELEA, Francesc. **De la guerra del agua a la del gas: La lucha de los indígenas por los recursos naturales ha desencadenado varias revueltas en las últimas décadas en Bolivia**. El País, La Paz, 2003, 18 out. 2003. Edición América, p. 1-3. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2003/10/19/internacional/1066514405_850215.html>. Acesso em: 4 abr. 2020.

RIBEIRO, Daniel Santiago Chaves. **A crise de fim de século na Bolívia**. A ascensão contemporânea da plurinacionalidade no contexto andino-amazônico. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 174-202, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014174>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado; SILVA, Allysson Lemos Gama da; **A recepção de Gramsci no pensamento social boliviano**. Movimentação, Dourados, v. 4, n. 7, p.52-74, jan. 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/7471>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SADER, Emir. **O longo ciclo eleitoral latino-americano**. Observatório Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, v. 21, p. 1522, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110408105321/2Sader.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

SINGER, Paul. **A América Latina na crise mundial**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. USP: Dossiê Crise Internacional II, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 91-102, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/eav/article/view/10412>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

TORRES, Rafael Montan. **Democracia e processo político na Bolívia (1952-2005)**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1480/2463.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

VIANA, João Paulo. **O MNR e a Revolução de 52: Considerações sobre o nacional-popular na Bolívia (1952-1964)**. Revista Estudos Políticos, Niterói, v. 9, n. 17, p. 142-159, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view>. Acesso em: 2 abr. 2020.

WEBBER, Jeffery R. **Left-indigenous struggles in Bolivia: searching for revolutionary democracy**. Monthly Review, Nova York, v. 57, n. 4, p. 34, 2005. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/1e1ecdeefed63a8fa2d77126241bfc3/1.pdf?pq-origsite=gscholar&cbl=48155>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

WHITEHEAD, Laurence. **International democracy promotion as a political ideology: Upsurge and retreat**. Journal of Political Ideologies, v. 20, n. 1, p. 10-26, Oxford, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13569317.2015.991510>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

